

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: CONTRIBUIÇÕES ACADÊMICAS

Rodrigo Halley dos Santos Reisⁱ
Universidade Federal de Sergipe
e-mail: arqueologiahalley@gmail.com

Resumo

Discutir a produção acadêmica é um dos pontos de partida para o entendimento de novos objetos a serem estudados. Desta forma, as pesquisas desenvolvidas em torno do patrimônio cultural e toda a complexidade que o envolve, vêm sendo, mesmo que de forma incipiente, acompanhadas por uma reflexão acerca das formas de preservação e gestão do patrimônio. Nesse sentido, a questão que orienta este trabalho é a apresentação e discussão em torno de estudos que têm se debruçado sobre a gestão do patrimônio cultural, em específico, do patrimônio cultural arqueológico. O patrimônio arqueológico, percebido a partir de uma perspectiva ampla, envolve toda produção material humana, a qual carece de práticas institucionais, instrumentos e políticas de gestão que visem sua preservação, divulgação e acesso. Assim sendo, o presente estudo pretende expor um conjunto significativo de pesquisas que têm sido realizadas acerca dessa temática, para tanto, baseou-se em levantamento bibliográfico que se caracteriza pelo aspecto inventariante e descritivo. As fontes consultadas para o levantamento foram dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e anais de congressos.

Palavras-chave: produção acadêmica, gestão do patrimônio arqueológico, preservação.

Abstract

Discuss academic research is one of the starting points for understanding new objects to be studied. Thus, the research developed around the cultural heritage and all the complexity that surrounds it, have been, albeit incipient, accompanied by a reflection on the ways of conservation and heritage management. In this sense, the question that guides this work is the presentation and discussion on studies that have been working on the management of cultural heritage, in particular, of the archaeological cultural heritage. The archaeological heritage, perceived from a broad perspective, involves the entire human material production, which lacks the institutional practices, tools and management policies aimed at their preservation, dissemination and access. Therefore, this study is to present a substantial body of research that has been conducted on this theme, for both, was based on literature that is characterized by the appearance executor and descriptive. The sources consulted for this study were dissertations, doctoral theses, publications in journals and conference proceedings.

Keywords: academic, archaeological heritage management, preservation.

INTRODUÇÃO

Discutir o que existe de produção científica realizada pela academia - local este representado aqui por qualquer que seja a instituição promotora de conhecimento científico que habilitem profissionais a exercer uma determinada função intelectual do saber, seja este qual for - consiste como referencial importante para a discussão de novos objetos de estudo. Saber o que já existe de pesquisado na academia sobre determinada área do conhecimento denominação conhecida como “estado da arte”, oferece ao pesquisador um referencial teórico e prático importante, principalmente quando estas pesquisas vierem à comunidade científica com um corpo institucionalizado, sob a forma de publicações.

É com base nesse pressuposto, que esse conhecimento institucionalizado apresentado à comunidade científica sob a forma de publicações, torna-se objeto desta pesquisa, a qual abre uma reflexão acerca dessa categoria do saber. Reflexão esta, voltada aos estudos desenvolvidos sobre Gestão do Patrimônio Cultural e toda a complexidade que o envolve, levando-se em conta seus aspectos conceituais, legais, preservacionistas e administrativos – este último concernente no que diz respeito as práticas de Gestão.

Neste sentido, o que objetiva esta pesquisa é a apresentação e a discussão em torno dos estudos orientados sobre a Gestão do Patrimônio Cultural, em específico, do Patrimônio Cultural Material, melhor denominado de Patrimônio Arqueológico, por razões de consolidação científica. O Patrimônio Arqueológico, percebido a partir de uma perspectiva ampla, envolve toda a produção material humana, a qual carece de práticas institucionais, instrumentos e políticas de gestão que visem sua preservação, divulgação e acesso.

Assim sendo, o presente estudo pretende expor um conjunto significativo de pesquisas que têm sido realizadas acerca dessa temática, para tanto, baseou-se em levantamento bibliográfico que se caracteriza pelo aspecto inventariante e descritivo. Foram consultados artigos, dissertações e teses publicados em periódicos virtuais e anais de congressos. Para essas publicações na qual esta pesquisa está debruçada, foram utilizados como critérios de seleção a relação com o determinado tema: Gestão do Patrimônio Cultural. Estão incluídos nesta linha de pesquisa as diferentes tipologias de Patrimônio Cultural que atualmente faz-se uso e de elementos que de alguma maneira relacionam-se com o aspecto administrativo ou de gestão. Porém, pelo fato deste conceito ter passado por diversas re-significações, cabe aqui apresentar uma dimensão mais abrangente do que seria Patrimônio Cultural. Por isso, foram selecionados trabalhos que discutissem além temática do Patrimônio Arqueológico, como o caso do Patrimônio Histórico ou do Patrimônio Museológico, por estes, segundo os autores dos trabalhos analisados, constituírem-se como uma dimensionalidade do

Patrimônio Cultural. Este requisito relacional ao tema escolhido apresentou-se de maneira explícita em alguns trabalhos e em outros, deu-se de maneira indireta, porém havendo uma discussão pertinente sobre esta temática.

Devido a grande variedade de aspectos conceituais em que esta pesquisa está baseada e para uma melhor compreensão da mesma, serão discutidos os conceitos de Cultura (GEERTZ: 2008), Patrimônio (FUNARI: 2009), Arqueologia (FUNARI: 2006), o que se entende por Patrimônio Cultural (UNESCO: 1972), Patrimônio Arqueológico (JORGE: 2000) e Gestão (DAFT: 2006).

Ao elaborar um trabalho com um enorme referencial teórico, atrelado a uma extensa utilização de terminologias conceituais faz-se necessário o uso de definições a fim de auxiliar melhor sua compreensão. Por isso, houve nesta pesquisa a necessidade de trabalhar diversos conceitos para que o objetivo deste trabalho fosse alcançado.

Nas publicações pesquisadas para o desenvolvimento desta pesquisa sobre a temática de Gestão do Patrimônio Cultural, percebeu-se que nem todos os autores trabalharam este recurso linguístico de definições conceituais em seus trabalhos. Alguns deles fundamentaram toda a pesquisa indo diretamente para os aspectos políticos, sociais e culturais da Gestão do Patrimônio Cultural em si.

DEFININDO ALGUNS CONCEITOS

A Cultura constitui-se como um dos principais temas conceituais estudados pelas ciências sociais, mais precisamente aquelas voltadas aos “estudos do homem”, como por exemplo, a Antropologia e a Arqueologia. A significação mais simples que a Cultura pode remeter é aquela que abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo. Portanto, pode-se dizer que, “Cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos até idéias e crenças.” (SILVA: 2008; SILVA: 2008). Cultura pode-se dizer, representa um complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente.

Devida a grande variedade teórico-conceitual que o termo Cultura vem a submeter, irá ser trabalhada nesta pesquisa a abordagem que considera a Cultura como sistemas simbólicos, corrente teórica desenvolvida por Clifford Geertz. Para Geertz, os símbolos e significados são partilhados por atores sociais, membros do sistema cultural. “Estudar a cultura é portanto estudar um código de símbolos partilhados pelos membros dessa cultura”. (Geertz: 2008; apud LARAIA: 2009).

Oriunda das línguas de origem românica, a expressão patrimônio – *patrimonium* – está relacionada à “propriedade herdada do pai ou dos antepassados” ou “aos monumentos herdados das gerações anteriores” (FUNARI:2005, apud, PELEGRINI:2006). No entanto, ao longo da história o

termo patrimônio suscitou diferentes interpretações e concepções, tendo passado por um processo de re-significações, as quais surgiram a partir das necessidades de cada época, dentre elas a busca por uma identidade.

Nessa perspectiva, o termo Patrimônio, inicialmente referia-se a grandes monumentos, edifícios, obras primas, possuindo dessa maneira um alcance mais limitado “stricto”. Essa limitação de caráter materialista estava principalmente ligada ao que era tangível, isto é, físico e de domínio da elite. Porém, devido às transformações ocorridas nas diversas esferas da vida do ser humano (social, política e cultural), nas formas de convívio social, a necessidade de salvaguardar e as reivindicações dos diversos segmentos sociais de terem suas manifestações culturais reconhecidas e representadas, fez com que a noção do que seria patrimônio fosse ampliada.

De tal modo, na esfera da idéia de Patrimônio, a concepção antropológica de cultura como sendo “tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até idéias e crenças” (SILVA;SILVA:2008:85)¹, possibilitou uma ampliação da noção de patrimônio. “Este passou a abarcar também as maneiras de o ser humano existir, pensar e se expressar, bem como as manifestações simbólicas dos seus saberes, práticas artísticas e cerimoniais, sistemas de valores e tradições” (PELEGRINI: 2006: 117). Com isso, esse termo adquiriu uma aproximação mais comum às ações cotidianas perdendo seu caráter de excepcionalidade. O modo de se produzir a Renda Irlandesa em Divina Pastora/SE, por exemplo, demonstra características próprias e únicas de um saber fazer que, por mais simples que aparente ser, traz consigo aspectos singulares, cabendo portanto, a preservação como vivência diferenciada do ser humano.

Desta maneira e após ter passado por diversas re-significações, os termos patrimônio e cultura adquiriram um caráter mais abrangente, no qual além de bens materiais, tangíveis, passou a ser considerado outro tipo de categoria, nesse caso manifestações humanas de cunho não material, que também possuem valor simbólico. Segundo Pedro Paulo Funari (2008: 26), a distinção de materialidade e imaterialidade não é recente. Comenta que Cícero já separava a cultura do solo da cultura da alma, sendo essa contraposição entre materialidade e imaterialidade uma relação recente.

Apresentada pelos livros didáticos apenas como uma ciência auxiliar da História e geralmente orientada somente para o estudo pré-histórico, a Arqueologia infelizmente para a concepção de alguns, ainda é vista como uma simples ciência que tem apenas a pretensão de “cavar buracos” no solo e de recuperar objetos antigos.

¹ Dicionário de Conceitos Históricos.

Porém, seria impossível tratar apenas de “objetos” desassociados de seu “produtor”. Funari (2006), explica que havendo essa desassociação entre esses elementos, não faria sentido para a produção de “fatos” objetivos para que fossem “interpretados” por outros estudiosos. A Arqueologia portanto possui um caráter mais dinâmico – social – em que se caracteriza como uma ciência em construção que possui objeto de estudo definido (porção da totalidade material, socialmente apropriada) com um objetivo claro (estudo das sociedades humanas, como seu funcionamento e transformações) (FUNARI: 2006).

A Arqueologia pressupõe uma visão não unilateral, mas uma visão diversificada de diferentes tipologias culturais, abrangente e capaz de discutir com outras áreas do conhecimento, a liderança do debate sobre as ações materiais do comportamento humano, seguindo os preceitos estabelecidos pela Arqueologia Pública². Afirma o arqueólogo português Vítor Oliveira Jorge (2000):

“Ora, essa realidade que nos rodeia não é, num certo sentido, nossa contemporânea; é anterior a nós, não nasceu connosco, foi em larga medida “herdada”, e é em função do sentido activo que prestamos a essa herança que a podemos reorientar de forma consciente e criativa. O mundo que nos envolve, a que pertencemos, está pejado de materialidades que foram implantadas pelos nossos antecessores; é um mundo arqueológico.

É de acordo com este pensamento, que o mesmo autor define Patrimônio Arqueológico como:

“Nesta acepção, arqueológico não é apenas o que está soterrado ou submerso, ou o que desponta ou emerge como ruína. Não é apenas o que escavamos e trazemos à luz. Arqueológico é todo o espaço, todo o conjunto de realidades materiais em que vivemos, e que balizam os nossos movimentos e dão sentido às nossas acções”.

Portanto, pode-se dizer em outras palavras, que Patrimônio Arqueológico constitui todos os elementos materiais presentes que, de representatividade cultural, fazem parte de tudo que nos rodeia.

Já de entendimento bem mais abrangente, o termo Patrimônio Cultural suscita um maior alcance semântico, envolvendo o campo antropológico, arqueológico, histórico, arquitetônico e artístico, abarcando potencialmente elementos de todos os grupos e camadas sociais, como define a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) disposta no Artigo I, da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, segundo o qual afirma:

² Sobre Arqueologia Pública ver: FUNARI, Pedro Paulo A. [et al]. *Desafios da Arqueologia: depoimentos*. Rio Grande do Sul: Habilis, 2009.

“São considerados patrimônio cultural os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico”.

No que remete a Gestão, o conceito utilizado nesta pesquisa é a proposta por Richard Daft (2006), no qual afirma como “alcançar metas organizacionais de maneira eficiente e eficaz por meio de planejamento, organização, liderança e controle dos recursos organizacionais”. Essa expressão, perdurou-se por um bom tempo com exclusividade no contexto de empresas capitalistas – e de domínio privado – e nas academias científicas (universidades) que estavam direcionadas à administração e economia.

Essa “limitação” de outrora, trazida pelas necessidades da nova ordem mundial, conhecida por estudiosos como globalização, vem sendo desmistificada e reaplicada a outros segmentos do saber, levando a uma re-conceituação de sua verdadeira função teórico-prática. Um desses segmentos que a gestão vem ganhando espaço e principalmente aplicabilidade são nas ciências humanas. Um exemplo bem notável que pode corroborar a aplicabilidade da gestão, é o seu uso nos museus, que tanto de iniciativa privada quanto pública, se utilizam do planejamento, organização, liderança e controle para o ordenamento de suas atividades e processos. Nos museus, recorrem-se muitas vezes a estudos sobre arqueologia, artes, sociologia, antropologia, que de forma otimizada, utilizam ferramentas administrativas, proporcionando com isso uma relação direta entre a administração e outras áreas do conhecimento, e como resultado disso, o favorecimento do aspecto sócio-cultural e não somente o econômico, como pensado no pretérito.

PUBLICAÇÕES RECORRENTES SOBRE GESTÃO DO PATRIMÔNIO: ANÁLISE DAS FONTES

Plácido Cali, em seu texto, “Gestão do Patrimônio Arqueológico no Município de Ilhabela/SP”, apresenta como foi desenvolvido o Projeto Arqueológico de Ilhabela, o qual tinha como objetivo identificar, proteger e promover o patrimônio arqueológico local, através de procedimentos científicos e o desenvolvimento de uma política municipal de gestão desse patrimônio. Destaca quais foram os procedimentos adotados para a criação de uma política municipal de gestão do patrimônio arqueológico: constituição de uma idéia de patrimônio

arqueológico do município, conscientização da administração municipal e da comunidade, identificação de uma Carta Temática com a identificação de 44 sítios arqueológicos, confecção da Carta Arqueológica do município. A partir dessas medidas, destaca o autor, a cidade ganhou um acervo com cerca de 2.000 peças arqueológicas, depositadas na Secretaria Municipal de Cultura; foi implantado o Instituto Histórico, Geográfico e Arqueológico de Ilhabela; a Secretaria Municipal de Cultura recebeu a guarda permanente de todo acervo coletado durante as pesquisas, como também de qualquer material arqueológico que venha a ser encontrado no município; as áreas de fiscalização e meio-ambiente da Prefeitura Municipal ganharam diretrizes para a preservação do Patrimônio Arqueológico; foi criado um laboratório de arqueologia para os trabalhos com o material e uma reserva técnica para guardar o acervo. Além disso, enfatiza que a Arqueologia Pública e sua aplicação no plano municipal instrumentaliza os municípios na gestão do patrimônio local, difunde a Arqueologia e incentiva a preservação e o turismo, como também práticas de educação patrimonial.

No texto “Novas fronteiras e novos pactos para o Patrimônio Cultural”, Cecilia Rodrigues dos Santos, chama a atenção de que o Brasil não acompanhou a ampliação dos conceitos de Cultura e Patrimônio Cultural no que se refere a uma reflexão sobre as formas de proteção e gestão do patrimônio. Destaca que essa falta de reflexão gera uma incompreensão sobre o papel dos órgãos de preservação oficiais e a dificuldades de cidades e grupos de indivíduos em identificar e proteger seu patrimônio. Nesse sentido, a autora dá ênfase à discussão histórica desse processo. Além disso, enfatiza que um dos maiores desafios hoje da Gestão do Patrimônio Cultural é definir conceitual e legalmente novas formas de acautelamento compatíveis com a abrangência desses aspectos.

Alexandre Afonso e Humberto Falcão Martins, no texto “Um Sistema Nacional do Patrimônio Histórico”, apresentam uma proposta de constituição de um Sistema Nacional do Patrimônio (SINPAT) que envolva atores federais, estaduais e regionais como forma de otimizar complementaridades e sobreposições de múltiplas gestões de políticas de proteção do Patrimônio Histórico. Fazem um diagnóstico sobre a Gestão do Patrimônio Histórico no Brasil, a partir do qual identificam problemáticas e disfunções. Além disso, expõe o modelo de Gestão proposto por este sistema, sua estrutura lógica, as definições que dão sustentação ao sistema e o relacionamento que o IPHAN possui com os entes da federação e com a sociedade civil organizada.

Na dissertação de Silvio Alberto Camargo Araújo intitulada “Arqueologia de Itapeva, SP: contribuição a formação de políticas públicas para gestão patrimonial”, são apresentados dados e informações com o intuito de subsidiar pesquisas e métodos de gerenciamento do patrimônio arqueológico local, com a finalidade de promover e desencadear ações de preservação e valorização desse patrimônio, de modo a reverter o quadro de abandono observado no município de Itapeva/SP.

Para tanto, o autor recorre aos diversos diplomas legais e a legislação municipal. O estudo teve como objetivo identificar, localizar e registrar os sítios arqueológicos pré-coloniais e frentes de expansão da sociedade nacional e demais bens patrimoniais; identificar e registrar os fatores de risco que afetam os sítios arqueológicos identificados; propor políticas públicas e linhas de ação para a gestão desse patrimônio.

Tatiana Costa Fernandes na sua dissertação de mestrado intitulada “Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil” discute questões ligadas à pesquisa científica e a profissionalização da Arqueologia no Brasil e desenvolve o texto em torno de quatro temáticas: legislação, gestão, ética e educação, ao dar destaque a essas temáticas objetivava dar enfoque as questões de proteção, preservação e gestão do patrimônio arqueológico. Para tanto, faz uma discussão em torno da noção de Arqueologia Pública o que, por conseguinte, possibilita a abordagem da Arqueologia brasileira de questões de Gestão do Patrimônio e de educação.

O texto dissertativo de Henrique Augusto Mourão intitulada “ Patrimônio Arqueológico: um bem difuso – Subsídios do Direito Ambiental Brasileiro à participação das Associações Civis na Promoção e Proteção do Patrimônio Arqueológico”, consiste em uma pesquisa sobre a participação da sociedade civil brasileira na promoção e na defesa do patrimônio arqueológico por meio de entidades associativas. O autor, teve como referência a doutrina do Direito Ambiental, buscando a partir desta, as possibilidades de efetivação dessa participação, enfatizando que a personalidade estatal ainda se faz forte e que a proteção do patrimônio arqueológico consiste como sua tarefa. Mourão contrapõe ao sistema jurídico e político, afirmando que o mesmo é ineficiente pela falta de abertura de comunicação com a população, afirmando ser isto um processo não democrático e de obrigatoriedade constitucional como direito e dever de cidadania. O autor coloca como destaque a tendência mundial de conferir um caráter gerencial às administrações públicas contemporâneas como mecanismo de diálogo entre Estado e a sociedade civil. Por final, tem-se a conclusão de que o controle e a defesa do Patrimônio Arqueológico deve ser realizado com a colaboração da entidade civil organizada em moldes do Terceiro Setor.

A tese intitulada “Gestão de Patrimônio Museológico: as redes de museus” de Ana Cristina Barreto de Carvalho faz uma abordagem direta da Gestão do Patrimônio Cultural, visto da ótica museológica. Este tema, segundo a autora, dá-se de forma importante para a administração de toda a complexa estrutura museológica que se orienta para o novo contexto mundial, vista à globalização. Carvalho, explica que essas instituições patrimoniais passam a ser configurada como uma prestadora de serviços para a comunidade, assumindo um papel social importante e servindo de ferramenta de trabalho, que requer novos métodos e modelos de gestão mais eficazes e eficientes. O que objetiva

sua obra é a potencialidade que pode ser trabalhada dos museus à par dessas estruturas de redes. Afirmar a autora nesta tese que as políticas culturais de muitos países recomendam o trabalho em rede como ação estratégica para a valorização desse tipo de patrimônio. É discutida a gestão geradora de valor para os museus e para as comunidades onde inserem-se os mesmos, definidas a partir de uma nova dinâmica, centrada na cooperação e na conectividade. Estas redes, complementa a autora, estimulam a criatividade e a defesa das identidades culturais. No final de sua tese, é colocada uma reflexão acerca das ferramentas que mais se adequam para enfrentar os desafios da gestão museológica na sociedade contemporânea.

A tese de Abrahão Sanderson Nunes F. Da Silva com o título de “Musealização da Arqueologia: Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico em museus potiguares”, faz inicialmente um histórico da formação museológica no Brasil, considerando que a partir desse processo de formação de museus brasileiros, foram dados inícios à institucionalização da Arqueologia Brasileira. O autor coloca que o Patrimônio Arqueológico quando inserido nos acervos museológicos, se mostram pouco articulados com outros conjuntos patrimoniais, o que destaca o isolamento e o esquecimento dos objetos arqueológicos enquanto elementos constituintes das memórias locais, regionais e nacionais. O autor, apesar de falar sobre museologia e da relação que os museus norte-rio-grandense possuem com o seu Patrimônio Arqueológico, não define de forma direta o que seria este tipo de Patrimônio, nem dos aspectos de Gestão sobre o Patrimônio que os museus trabalham em seu sistema organizacional.

Na tese “Gestão em Projetos de Arqueologia”, Everson Paulo Fogolari fala da relevância na atualidade de se fazer uma Arqueologia voltada aos projetos vinculados a grandes empreendimentos impactantes ao meio ambiente em razão das exigências legais. Segundo ele, este crescimento tem favorecido o surgimento de novos projetos e diferentes olhares sobre a ciência arqueológica e o Patrimônio Cultural brasileiro. Afirmar ele que, muitos dos projetos de Arqueologia não conseguem ser eficientes e eficazes pela dificuldades dos processos que os envolvem e pela capacidade gerencial do projeto. Por isso, o autor coloca como objetivo de sua tese, demonstrar que a gestão em projetos de Arqueologia é o meio que possibilita o melhor resultado e o sucesso dos projetos arqueológicos. O modelo de Gestão sustentado consiste naquela fundamentada da Arqueologia preventiva, com a utilização da técnica de Gestão que enfatiza planejar, executar, verificar e agir (PDCA) aplicada aos projetos de Arqueologia, permitindo em um envolvimento com a inter e a transdisciplinaridade, favorecendo deste modo na abertura e na transparência desses projetos arqueológicos. Fogolari afirma que a Gestão nos projetos de Arqueologia, quando integra múltiplas dimensões do ser humano, resulta em uma Arqueologia reflexiva que busca uma abordagem mais

complexa da ciência arqueológica e amplia as possibilidades de repercussão de perspectiva local e global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôde-se observar que as publicações analisadas nesta pesquisa que fazem menção ao tema “Gestão do Patrimônio Cultural” analisam dois pertinentes assuntos: Preservação e Direito. Nestas publicações podem ser notadas que os autores analisaram os aspectos preservacionistas do Patrimônio Cultural embasadas em aspectos legais de proteção jurídica. Outra característica observada durante a análise dos trabalhos publicados, foi que alguns autores não tiveram a preocupação de colocar em seus trabalhos de maneira explícita definições como Cultura, Patrimônio e Gestão. A utilização dessas conceituações servem para o auxiliar o leitor à uma compreensão mais apurada da pesquisa realizada, e demonstra em que referencial teórico o autor se sustenta, visto que, existem concepções diferentes acerca desses termos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

AFONSO, Alexandre; MARTINS, Humberto Falcão. **Um Sistema Nacional do Patrimônio Histórico**. Disponível em: http://institutopublic.com.br/novo-site-din/publix/noticias_img/Painel_65_Um_Sistema%20_Nacional_do_Patrimonio_Historico.pdf acesso: 20/05/2010.

ARAÚJO, Sílvio Alberto Camargo. **Aqueologia de Itapeva, SP**: contribuição a formação de políticas para gestão patrimonial. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-06022007-141320/> acesso: 20/05/2010.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988.

BURGUIÈRE, Andre (org). **Dicionário das ciências históricas**. Trad. Henrique de Araujo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993.

CALI, Plácido. **Gestão do Patrimônio Arqueológico no município de Ilhabela/SP**. Disponível em: <http://arqueologia.ilha.sites.uol.com.br/artigos/ArtigoA.htm> acesso: 20/05/2010.

CARVALHO, Ana Cristina Barreto de. **Gestão do Patrimônio Museológico**: as redes de museus. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27160/tde-19052009-160809/> acesso: 20/05/2010.

DOMÍNGUEZ, Lourdes; FUNARI, Pedro Paulo (orgs); [et al] **Desafios da Arqueologia**: depoimentos. Erechim – RS, 2009.

FERNANDES, Tatiana Costa. **Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre a arqueologia pública no Brasil**. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-15042008-144626/> acesso: 20/05/2010.

FOGOLARI, Everson Paulo. **Gestão em projetos de arqueologia**. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-17032008-111955/> acesso: 20/05/2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

JORGE, Vítor Oliveira. **Arqueologia Patrimônio e Cultura**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

KESSEL, Zilda. **Memória e memória coletiva**. Disponível em: www.museudapessoa.net/.../zilda_kessel_memoria_e_memoria_coletiva.pdf. Acesso em 27/07/2010

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. 23 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão [et al]. Campinas, SP: Editota da UNICAMP, 1990.

MOURÃO, Henrique Augusto. **Patrimônio Arqueológico: um bem difuso** – Subsídios do direito ambiental brasileiro à participação das associações civis na promoção e proteção do patrimônio arqueológico. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-08052007-113230/> acesso: 20/05/2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. Paris, 1972.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental**. Rev. Bras. Hist. vol.26 no. 51 São Paulo Jan./June 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000100007&script=sci_arttext> Acesso em 20 05 2010

_____, FUNARI, Pedro Paulo. **O que e patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Encontros Museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN/DEMU, 2008.

SANTOS, Cecilia Rodrigues dos. **Novas Fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8576.pdf> acesso: 20/05/2010.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2008.

SILVA, Zélia Lopes da (org). **Arquivos, Patrimônio e Memória**. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999.

ⁱ Graduando em Administração – Bolsista PICVOL/CNPq